



As mulheres camponesas e as epistemologias feministas

Beatriz RODRIGUES SANCHEZ

Elas dizem não! Mulheres camponesas e a resistência aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina

Márcia Maria Tait Lima

Editora Librum

Campinas, 2015, 99 págs.

E-book

O livro *Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistências aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina* é resultado da tese de doutorado de Márcia Tait Lima, defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 2014. Essa pesquisa pode ser vista como uma continuação das investigações anteriores da autora sobre as relações entre tecnociência e sociedade, tal como em sua dissertação de mestrado, publicada em 2011 com o título *Tecnociência e cientistas: cientificismo e controvérsias na política de biossegurança brasileira*. Naquele momento, já era possível verificar a existência de uma postura crítica e engajada da autora em relação a concepções mais tradicionais de ciência, aspecto que se tornou central no livro que será analisado a seguir.

Em seu livro mais recente, Márcia Tait Lima traz contribuições fundamentais não somente para a teoria política feminista, mas para todas as áreas do conhecimento que dialogam com o pensamento feminista. Ao apresentar as epistemologias feministas e do sul, a autora aponta para os limites da perspectiva científica racionalista e argumenta em prol de outras formas de olhar para o mundo. Essa oposição entre feminismo e positivismo é expressa em termos empíricos a partir da distinção entre os modos de produção das camponesas, que têm na metáfora da semente a sua base, e o agronegócio, que tem a mercantilização da vida como eixo central.

O livro recupera e homenageia a trajetória de luta das mulheres camponesas do Brasil e da Argentina que historicamente têm combatido o agronegócio e a mercantilização da vida. Márcia Tait faz com que seja possível ouvirmos as vozes dessas mulheres tantas vezes silenciadas não somente pela academia, mas também pela “história oficial” do feminismo, entendida aqui como a narrativa consagrada das feministas

“veteranas”, “históricas” ou “fundadoras”, como elas próprias se autodenominam (cf. Alvarez, 2014). Considerando isso, desenvolver toda a riqueza do trabalho de Márcia Tait em algumas poucas páginas é uma tarefa árdua. Entretanto, será feito um esforço de sistematização das principais questões abordadas pela autora. Em primeiro lugar, cada capítulo do livro e os seus principais temas serão apresentados. Em seguida, as contribuições do trabalho para a teoria política feminista serão discutidas. Por fim, algumas sugestões relacionadas à possibilidade de interlocução com determinadas perspectivas teóricas serão desenvolvidas.

No primeiro capítulo, a autora apresenta seu problema de pesquisa e a perspectiva teórica que será utilizada para analisá-lo. A abordagem situada e a parcialidade como pressupostos epistemológicos são os caminhos escolhidos para a realização da análise. A interdisciplinaridade é uma das características principais do trabalho, que trafega por áreas como os estudos sociais da ciência e da tecnologia, a sociologia e algumas vertentes do pensamento feminista. As epistemologias engajadas ou socialmente comprometidas e, mais especificamente, as epistemologias feministas e do sul fornecem os recursos teórico-conceituais necessários para a análise que virá a seguir.

No segundo capítulo, a metodologia utilizada nas pesquisas de campo realizadas na Argentina e no Brasil é apresentada. As mulheres que atuavam nos movimentos camponeses ou participavam de coletivos voltados à produção agrícola foram entrevistadas pela autora que também utilizou o método da observação participante. A escolha metodológica reflete a coerência da autora com relação aos pressupostos das epistemologias feministas, uma vez que a separação entre a pesquisadora e o “objeto” de estudo nem sempre é evidente. Toda pesquisa, inclusive aquelas que são exclusivamente empíricas, possuem pressupostos ontológicos e epistemológicos e cabe ao autor explicitá-los. Nesse caso, é justamente essa parcialidade da autora explicitada desde o início que confere maior riqueza e profundidade ao trabalho.

No capítulo três, o modelo de desenvolvimento agrícola industrial e seus impactos sobre a agricultura familiar são caracterizados. O crescimento dos oligopólios agrícolas, das áreas ocupadas por cultivos transgênicos e a privatização dos sistemas agroalimentares são apresentados criticamente pela autora. Em oposição a esse modo de produção, a autora demonstra como as lutas camponesas historicamente têm apontado para outras formas de cultivo como, por exemplo, a agroecologia. No entanto, em um contexto em que o agronegócio é o modo de produção hegemônico, essas formas de resistência encontram diversas barreiras para que possam continuar existindo.

No quarto capítulo, a discussão teórico-conceitual sobre os movimentos sociais e as diversas formas de ação coletiva são apresentadas. A partir de interpretações tanto sociológicas quanto da ciência política, a autora centra a análise na vertente da teoria dos novos movimentos sociais, que surgiu no início da década de 1970, deixando de fora da análise teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais. A invisibilidade

do trabalho das mulheres e a divisão sexual do trabalho na produção familiar camponesas são apresentadas como elementos constitutivos da identidade da mulher do campo, que é composta por diversos marcadores sociais de diferença.

No capítulo cinco, são estabelecidas algumas distinções entre os movimentos de mulheres e os movimentos feministas. Para isso, uma breve trajetória das mobilizações camponesas é traçada a partir da defesa da necessidade de formação de movimentos exclusivos de mulheres. De acordo com a autora, o feminismo camponês é distinto de outros tipos de feminismo, pois ele entende que elementos como a maternidade e a religião podem trazer benefícios para o cultivo da terra. Tendo esse fato em mente, a autora critica posições colonizadoras e tendentes à universalização de alguns feminismos que consideram as mulheres brancas das zonas urbanas como parâmetro para todas as outras mulheres.

No sexto capítulo, a resistência das mulheres camponesas é inserida em um contexto mais amplo de crítica à agricultura industrial. Do ponto de vista de Marcia Tait, a preservação das sementes crioulas em detrimento das sementes transgênicas é uma forma de crítica radical ao reducionismo biológico,¹ ao antropocentrismo, ao androcentrismo e à mercantilização da vida. Dessa forma, as sementes são elevadas ao status de metáfora sobre os diversos modos de produção, já que cada uma delas representa posições políticas distintas. Em defesa da cultura camponesa, a autora apresenta argumentos convincentes contra o modelo do agronegócio.

No sétimo capítulo, uma ética baseada em uma ontologia feminista constituída a partir do ecofeminismo e das epistemologias das mulheres camponesas está no centro de uma abordagem não reducionista da vida e do meio ambiente. Após ter apresentado as epistemologias feministas no primeiro capítulo, a autora defende a possibilidade de definição de uma epistemologia feminista e camponesa que traz uma nova visão de mundo. Da perspectiva da autora, a ética contida nessa epistemologia é a alternativa necessária para o enfrentamento das crises ambiental, social e alimentar contemporâneas.

No último capítulo, a autora afirma que as ações protagonizadas por mulheres camponesas são capazes de ampliar as formas de resistência ao poder do agronegócio. Os estudos de caso do Brasil e da Argentina apresentam alternativas à matriz de pensamento hegemônica nas ciências, que é patriarcal, androcêntrica e antropocêntrica. Os oligopólios empresariais que lucram com a mercantilização dos alimentos são desafiados pelas mulheres do campo. O protagonismo das mulheres camponesas é uma das principais causas da mudança no paradigma de produção rural: suas vivências fazem

¹ De acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), as sementes crioulas são variedades desenvolvidas, adaptadas ou produzidas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, com características bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/voc%C3%AA-sabe-qual-import%C3%A2ncia-das-sementes-crioulas>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

com que a forma como cuidam da terra seja diferente tanto das formas “masculinas” do campo quanto das formas do agronegócio.

Partindo para uma apreciação crítica do livro, à primeira vista pode parecer que a maneira “feminina” de cuidar da terra contribui para a naturalização do papel das mulheres no campo, como se o fato biológico de ser mulher, por si só, fosse a explicação para essa visão diferenciada. No entanto, uma leitura aprofundada do trabalho revela que o modo feminino de cuidar da terra representa o contrário disso. Os movimentos de mulheres camponesas negam o essencialismo, mas de uma forma muito particular. Isso porque não rompem totalmente com algumas aproximações entre a natureza e alguns comportamentos reconhecidos como femininos. Alguns grupos, por exemplo, ressaltam o significado da maternidade para a mulher e defendem uma maior capacidade de empatia e solidariedade das mulheres em relação aos outros seres, sejam eles humanos ou não humanos. Mas isso não quer dizer que as mulheres camponesas reforcem estereótipos de gênero calcados na desigualdade entre homens e mulheres. O que elas fazem, na verdade, é, a partir de suas vivências, recuperar um modo de produção que se opõe ao agronegócio, já que envolve dimensões que não são racionais. As camponesas apresentam uma nova forma de olhar para o mundo, ou seja, uma nova epistemologia que desafia concepções positivistas de ciência, uma vez que incluem aspectos do âmbito privado na maneira de lidar com a produção de sementes. Ao trazer para o espaço público aspectos que antes eram considerados res- tritos ao espaço doméstico, as camponesas questionam a tradicional divisão entre público e privado, característica de visões positivistas da ciência que historicamente têm produzido diversas formas de exclusão de grupos marginalizados.

Teóricas feministas têm enfatizado a importância da desnaturalização das cate- gorias sociais identitárias. Donna Haraway, por exemplo, afirma que,

com o reconhecimento, tão arduamente conquistado, da sua constituição histó- rica e social, o gênero, a raça e a classe não podem constituir a base para a crença na unidade “essencial”. Não existe nada no fato de ser “fêmea” que vincule natu- ralmente as mulheres. Não existe sequer o estado de “ser” fêmea, uma categoria em si mesma altamente complexa, construída em contestados discursos científi- co-sexuais e outras práticas sociais (Haraway, 1991 [1985], p. 232).

Dessa forma, não é a natureza feminina que fornece um olhar diferenciado para as mulheres camponesas, mas a sua localização na estrutura social. Por ocuparem uma posição específica, essas mulheres compartilham perspectivas sociais que se opõem àquelas pregadas pelo racionalismo científico. A teórica feminista que pela primeira vez formulou com maior profundidade o conceito de perspectiva social foi Iris Marion Young. Ela afirma que o posicionamento social e as relações sociais condicionam as “oportunidades e expectativas para a vida” (Young, 2000, p. 97) dos indivíduos. Isso

quer dizer que entre aquelas que compartilham uma mesma perspectiva social, nesse caso entre as mulheres camponesas, emerge uma visão de mundo semelhante.

Nesse sentido, a ideia de conhecimentos situados é a chave fundamental para entendermos a dimensão epistemológica do trabalho manual das camponesas. De acordo com as epistemologias feministas, o olhar é sempre contextualizado, o que contraria os falsos universalismos da ciência positiva. Além disso, a parcialidade do próprio sujeito que conhece, e não a separação entre sujeito e objeto, é a característica fundamental do processo de produção do conhecimento. Isso quer dizer que a objetividade, desse ponto de vista, reside na própria contextualização do conhecimento. Nas palavras de Haraway,

a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo, podemos tornar-nos responsáveis pelo que aprendemos a ver (Haraway, 1995, p. 21).

Outra contribuição fundamental que o livro de Márcia Tait traz para as ciências de modo geral e para o pensamento feminista especificamente é a conexão entre teoria e prática. O pensamento feminista, como demonstra a autora, é caracterizado por uma dualidade fundamental. É constituído, ao mesmo tempo, pela teoria e pela prática política. Militância e reflexão aliam-se em uma discussão teórica-acadêmica articulada à ação dos movimentos sociais. Assim, mais uma vez, a separação positivista entre sujeito e objeto é posta em xeque.

A divisão sexual do trabalho é outro conceito chave do livro que traz novos elementos para a teoria política feminista. Para entendermos as experiências compartilhadas pelas mulheres camponesas, é preciso recorrer ao fato de que historicamente as mulheres têm sido destinadas ao âmbito privado e os homens ao espaço público. Mesmo com todas as transformações ocorridas nas últimas décadas, as mulheres continuam a dedicar mais tempo às tarefas domésticas e, por outro lado, a ter rendimentos médios menores do que os homens pelo trabalho desempenhado fora de casa (cf. Biroli, 2015). O trabalho familiar é realizado pelas mulheres de forma gratuita, mesmo sendo uma parte essencial do funcionamento da estrutura produtiva do capitalismo. No caso das mulheres camponesas, o trabalho realizado por elas está relacionado também à produção para subsistência e ao cultivo de hortas, pomares e criação de pequenos animais (cf. Jalil, 2009). Como o objetivo primordial dessas atividades não é o comércio, elas não aparecem como trabalho, mas como uma mera “ajuda”, mesmo sendo condição fundamental para a existência da agricultura familiar. A divisão sexual do trabalho no campo possui, portanto, características específicas que precisam ser levadas em consideração nas análises das teóricas feministas.

Outra contribuição fundamental do livro de Marcia Tait é a discussão que ela apresenta sobre a construção das identidades sociais. É interessante notar que as mulheres camponesas compartilham alguns marcadores sociais da diferença, entre eles gênero, classe e localidade. Na constituição de uma identidade coletiva “mulher camponesa”, essas diversas formas de opressão atuam conjuntamente. Para melhor compreender como esses marcadores operam na produção de exclusões, o conceito de interseccionalidade fornece um quadro analítico extremamente útil. Apesar de afirmar, no capítulo 4, que dialogar com as diferentes dimensões que constituem a identidade coletiva “mulher camponesa” é mais importante para pensar as possibilidades de transformação e emancipação social, do que chegar a definições sobre essa identidade, Marcia Tait não aponta como promover esse diálogo. Isso poderia ter sido feito a partir da perspectiva do feminismo interseccional.

A noção de interseccionalidade é fundamental porque, assim como as epistemologias feministas, desafia concepções tradicionais ou positivistas de ciência que defendem a neutralidade, a objetividade, a racionalidade e a universalidade do conhecimento. A ideia de um ponto de vista próprio à experiência dos indivíduos, fruto da conjunção das relações de poder de gênero, de classe e de raça é poderosa. Ela revela que a visão de mundo dos responsáveis por grande parte da produção de conhecimento ocidental tem origem em um espaço determinado: aquele ocupado por homens, brancos, ocidentais, membros das classes dominantes.

A definição de interseccionalidade postulada por Crenshaw (1994) lançou as bases para a teorização da noção de que diversas formas de opressão operam sobre o mesmo indivíduo. A interseccionalidade, de acordo com ela, é uma proposta para “levar em conta as múltiplas fontes de identidade”, embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da identidade” (Crenshaw, 1994, p. 54). O ponto central nesse conceito é o entendimento de que as formas de opressão não atingem os sujeitos isoladamente, mas de forma inter-relacionada. A “subordinação interseccional estrutural” representa “uma gama complexa de circunstâncias em que as políticas se intersectam com as estruturas básicas de desigualdade” (Crenshaw, 2002, p. 179).

As teóricas do feminismo negro entendem que nenhum marcador social da diferença sobrepõe-se a outros e que todos eles estão interligados. Hooks (1981) apresenta sua contribuição acerca da problemática da estabilidade homogeneizante da categoria “mulher” e a necessidade de atentar-se igualmente às formas combinadas de diferenciações e desigualdades como raça e classe social, entrecortando as experiências de mulheres. A partir da crítica às exclusões produzidas pela afirmação da existência de um sujeito coletivo e indiferenciado expresso na ideia “nós, mulheres”, elas produziram reflexões que hoje são incontornáveis tanto para as lutas quanto para as teorias feministas. O movimento do final dos anos 1970 conhecido como “*black feminism*” voltou sua crítica de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média e he-

teronormativo. Para essas autoras, a complexidade das hierarquias que não se esgotam no gênero expõe limites e contradições do feminismo como projeto transformador. De acordo com Hooks (1984), para a maior parte das mulheres, a possibilidade de superar as condições atuais de exploração, dominação e opressão não está em igualar-se aos homens, mas em transformar as estruturas políticas e sociais.

Collins (2015) também traz contribuições importantes ao debate ao defender que o amplo conjunto de estudos sobre interseccionalidade seja analisado como mais do que uma proposta metodológica. Esses estudos deveriam ser vistos como um projeto de conhecimento que se organiza como um guarda-chuva teórico em que estão presentes três preocupações centrais: (1) a interseccionalidade como campo de estudos, com foco nos conteúdos e temas que caracterizam esse campo; (2) a interseccionalidade como estratégia analítica, com maior atenção aos “enquadramentos interseccionais” e a sua capacidade de produzir novas formas de conhecimento sobre o mundo social; (3) a interseccionalidade como uma forma de *práxis* social, com ênfase nas conexões entre conhecimento e justiça social.

Dessa forma, o horizonte de transformação projetado pelas teóricas feministas negras é ampliado, pois elas propõem que haja mudanças epistemológicas nas formas tradicionais de produção do conhecimento e, ao mesmo tempo, transformação das estruturas de dominação racial, patriarcal e de classe. Um ponto de convergência entre as teóricas políticas negras é a proposta de não hierarquização entre as diversas formas de opressão, o que tem implicações teóricas e políticas significativas. Nesse sentido, as formulações teóricas sobre o conceito de interseccionalidade aqui apresentadas oferecem dispositivos analíticos úteis para analisar a exclusão das mulheres camponesas, uma vez que elas, assim como as mulheres negras, questionam o feminismo branco de classe média a partir da especificidade de suas vivências.

Marcia Tait opta por dialogar com as teorias dos novos movimentos sociais que tiveram origem na década de 1970. Entretanto, teorias feministas dos movimentos sociais mais contemporâneas poderiam fornecer distinções analíticas capazes de incluir o movimento de mulheres camponesas em um contexto mais amplo de pluralização do “campo feminista” (Alvarez, 2014, p. 4). Atualmente, novas formas de mobilização feminista têm surgido como, por exemplo, as jovens que protagonizaram as ocupações das escolas públicas e as blogueiras feministas que enxergam na internet um dos espaços possíveis de militância. Essas novas formas de atuação convivem com movimentos feministas mais tradicionais, ou seja, diversas gerações do movimento passam a coexistir. Isso faz com que repertórios de ação de natureza distinta convivam no mesmo espaço, nem sempre de maneira pacífica. A noção de “campo feminista” formulada por Sonia Alvarez (2014) surge para dar conta dessa pluralidade.

Um fator gerador de conflitos recentes dentro do campo feminista está relacionado à constituição de identidades sociais. Influenciadas pelo pensamento de Butler

(2010), parte das feministas contemporâneas criticam a defesa de identidades fixas e defendem que a mobilização política deve ocorrer em torno de pautas específicas e não de categorias identitárias. Por outro lado, outras correntes mais próximas ao pensamento marxista e ao feminismo negro afirmam que a luta feminista deve levar em conta as condições estruturais de exclusão que se relacionam não somente ao gênero, mas também às discriminações raciais e de classe. Outra questão recente que é fonte de embates entre feministas diz respeito ao lugar das mulheres transexuais dentro do movimento. Feministas autodenominadas radicais entendem que o fato de ter órgãos sexuais femininos é determinante para a participação no movimento e, por isso, recebem críticas que as caracterizam como essencialistas. Outras feministas acreditam que o que determina o “ser mulher” não é a biologia, mas sim a sociabilização dos indivíduos e sua identidade de gênero, legitimando a participação de mulheres trans no movimento. Como é possível perceber, o campo feminista contemporâneo é permeado de conflitos e disputas e, portanto, não pode ser representado de forma homogênea, o que traz desafios para as pesquisas que pretendem analisar os movimentos feministas contemporâneos.

Como foi possível perceber a partir desta breve análise, o livro *Elas dizem não! Mulheres camponesas e a resistência aos cultivos transgênicos* traz contribuições fundamentais para as teóricas e militantes feministas preocupadas em entender o protagonismo das mulheres no campo. É também uma obra importante para as epistemologias feministas, uma vez que apresenta uma nova forma específica de olhar para o mundo e de produzir conhecimento, originada das vivências das mulheres camponesas. O grito, *Elas dizem não!*, faz jus à trajetória dos movimentos de mulheres camponesas que historicamente têm resistido aos transgênicos e ao agronegócio e apresentado uma alternativa produtiva como forma de emancipação social. ☪

Beatriz RODRIGUES SANCHEZ

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Universidade de São Paulo, Brasil.
beatriz.rodrigues.sanchez@gmail.com

Peasant women and feminist epistemologies

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, S. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, 43, p. 13-56, 2014.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução R. Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BIROLI, F. *Divisão sexual do trabalho e democracia*. Trabalho apresentado no 39o Encontro Anual da Anpocs, 2015.
- COLLINS, P. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, 41, p. 1-20, 2015.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: FINEMAN, M. & MYKITIUK, R. (Ed.). *The public nature of private violence*. New York: Routledge, 1994. p. 93-118.
- _____. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 10, 1, p. 171-87, 2002.
- FINEMAN, M. & MYKITIUK, R. (Ed.). *The public nature of private violence*. New York: Routledge, 1994.
- HARAWAY, D. A cyborg manifesto: science, technology and social feminism in the late twentieth century. In: HARAWAY, D. (Ed.). *Symians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge, 1991 [1985]. p. 149-82.
- _____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, p. 7-42, 1995.
- HOOBS, B. *Ain't I a woman? Black women and feminism*. Cambridge: South End, 1981.
- _____. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South End Press, 1984.
- JALLI, L. *Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro*. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- LIMA, M. M. T. *Tecnociência e cientistas: cientificismo e controvérsias na política de biossegurança brasileira*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2011.
- _____. *Elas dizem não! Mulheres camponesas e a resistência aos cultivos transgênicos*. Campinas, SP: Librum, 2015. E-book. Disponível em: <<http://www.librum.com.br/elasdizemnao/info/>> Acesso em: 10 jan. 2017.
- YOUNG, I. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

